

Indicadores de qualidade da educação superior no contexto da Universidade de Brasília

Atair Silva de Sousa¹

 <https://orcid.org/0000-0002-1355-8797>

Wanderley dos Santos Roberto²

 <https://orcid.org/0000-0003-1732-6317>

Resumo

Este artigo faz um breve panorama acerca de indicadores de qualidade da educação superior. O objetivo principal consistiu-se em avaliar indicadores de qualidade obtidos pela Universidade de Brasília (UnB) e compreender a relação entre eles. Para tal, utilizou-se uma metodologia com abordagem mista que abrange tanto a análise qualitativa quanto a quantitativa. Além disso, realizou-se uma revisão bibliográfica, uma pesquisa documental e uma busca de dados e informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os resultados apontaram que a UnB obteve excelência em qualidade na construção, na utilização e na calibração dos Indicadores de qualidade da educação superior.

Palavras-chave: Avaliação da Educação. Educação Superior. Enade. Indicadores de Qualidade. Sinaes.

Higher education quality indicators in the context of the University of Brasilia

Abstract

For this paper, a brief panorama about the quality indicators of higher education has carried out. The aim was to evaluate quality indicators obtained by the University of Brasilia (UnB) and understand the relationship between them. To this end, a mixed approach methodology has used, covering both qualitative and quantitative analysis. In addition, a bibliographic review, documentary research and a search for data and information made available by the National Institute for Educational Studies and Research - Anísio Teixeira -Inep has carried out. The results showed that UnB achieved excellence in quality in the processes of building, using and calibrating the quality indicators for higher education.

Keywords: Assessments Education. Higher Education. Enade. Quality Indicators. Sinaes.

Introdução

No Brasil, vários são os momentos que podem ser utilizados para assinalar o início da avaliação da qualidade da educação. Para este estudo, as décadas de 1980 e 1990 são propícias por terem “marcos legislativo”, como: a Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, [2023]a) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Brasil, [2023]b).

De acordo com Dias Sobrinho (2010, p. 195), “a avaliação é a ferramenta principal da

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo: atair.sousa@inep.gov.br.

² Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte: wanderleysr@gmail.com.

organização e implementação das reformas educacionais”. Com isso, para o autor, não somente os sistemas educacionais seriam afetados qualitativamente pelas análises dos resultados obtidos nas avaliações institucionais, mas também a sociedade como um todo.

Ikuta e Barreyro (2021) se associam a Morosini (2009) e entendem que, a partir dessas duas décadas a qualidade começou a entrar em discussão na agenda de políticas da educação superior: “com a expansão do Estado avaliador, a qualidade, como seu substrato, adquire força” (Morosini, 2009, p. 167). Essas autoras parecem concordar com a defesa de Rothen e Barreyro (2011, p. 11) de que “tanto nas visões mais democráticas como na visão gerencial, a avaliação é compreendida como mecanismo primordial na garantia da qualidade da educação ou pelo menos reveladora das mazelas da educação brasileira”.

Uma das definições acerca de qualidade da educação depende dos valores e dos padrões assumidos pelo ator ao se pronunciar. Segundo Ferreira e Amaral (2023), o conceito de qualidade da educação é aquele que promove o desenvolvimento pessoal do estudante. Isso se traduz em poder de criação cultural, pensamento crítico e reflexivo (Ferreira; Amaral, 2023).

Para Lima *et al.* (2020), a qualidade da educação e a avaliação do sistema educacional, implementadas pelo Ministério da Educação (MEC) a partir dessas duas décadas, estabeleceram como dever do Estado a garantia de padrão de qualidade da educação e como demanda do Poder Público a autorização e avaliação da qualidade da educação ministrada pela iniciativa privada (Brasil, 1988). A avaliação da qualidade da educação superior, no âmbito dos estudantes, dos cursos e das Instituições da Educação Superior (IES), é realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 (Brasil, 2004).

O Sinaes caracteriza-se como a política de avaliação da educação superior brasileira, em consonância com o princípio constitucional da garantia da qualidade da educação superior (Brasil, 2004). O primeiro parágrafo do art. 5º da Lei de criação do Sinaes contempla em seu âmbito o vínculo do Exame Nacional de Desempenho de Estudante (Enade) com esse sistema de avaliação. O objetivo do Enade é avaliar a trajetória dos estudantes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação (Brasil, 2004). O processo avaliativo desse exame é constituído por quatro instrumentos que auxiliam na avaliação da qualidade da educação superior e na busca de subsídio para políticas de melhoria, a saber: a prova e os

questionários do estudante, de percepção da prova e do coordenador de curso (Inep, 2022).

O Enade é um dos processos avaliativos previstos para a operacionalização do Sinaes, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais *Anísio Teixeira* (Inep), para aferir o desempenho dos estudantes em relação a conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso. Como assinalado, a partir dos resultados do Enade e de outros dados oficiais, são calculados os indicadores de qualidade da educação superior.

As inferências do neoliberalismo na educação superior brasileira fizeram emergir o papel do Estado avaliador e, conseqüentemente, da avaliação como política pública. Com isso, para Morosini *et al.* (2016), as discussões acerca das melhorias na educação superior seguiram os passos dos indicadores de qualidade dos processos educativos, da infraestrutura e das IES enquanto geradoras e propagadoras do conhecimento.

Moreira, Moreira e Araújo (2022, p. 22) relatam “ser a utilização de indicadores de qualidade na educação superior uma ferramenta capaz de relacionar e apresentar resultados que induzam a formulação de políticas públicas ao setor educacional e a melhoria da qualidade da educação ofertada”. No âmbito organizacional,

[...] as IES necessitam de aprimoramento dos seus instrumentos de gestão para alcançar o nível de qualidade desejado das políticas públicas de educação. Nesse contexto, instrumentos de mensuração de desempenho são fundamentais para direcionar as ações necessárias para a concretização das metas e dos objetivos almejados (Sousa; Callado, 2019, p. 2).

Os indicadores utilizados para aferir a qualidade da educação superior no país são, principalmente: o Índice Geral de Cursos (IGC); o Conceito Preliminar de Curso (CPC); o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD); e o Conceito Enade (Inep, 2015). Sousa e Callado (2019) apontam que eles são mensurados a partir do Enade e da avaliação *in loco*.

Em relação à prova do Enade, são computados: a nota da Formação Geral (FG), a nota do Componente Específico (CE) e a nota geral. No que se refere à avaliação *in loco*, considera-se: a organização didática pedagógica, a infraestrutura, as oportunidades de ampliação e formação, a quantidade de docentes com titulação de mestres e doutores, o regime de trabalho, os indicadores de qualidade dos cursos de graduação, mestrado e doutorado (Sousa; Callado, 2019).

Diante do exposto, neste estudo, buscou-se responder às seguintes questões: os quatro tipos de indicadores de qualidade de educação superior apresentam coerência e consistência com seus propósitos? No cenário atual da educação superior do país, esses indicadores aferem de fato a qualidade desse nível de ensino? No contexto dessas questões, o objetivo central deste estudo consistiu em avaliar indicadores de qualidade obtidos pela Universidade de Brasília (UnB) e compreender a relação entre eles.

Para tanto, além desta introdução, foram elaboradas mais seis seções. Na segunda seção, foram apresentados os procedimentos metodológicos. Na terceira, tratou-se dos indicadores de qualidade da educação superior. Na quarta, foi abordada a composição dos indicadores de qualidade da educação superior contidos no Sinaes. Na quinta, deu-se ênfase às análises e discussões dos resultados. Na sexta, foram expostas as considerações finais fazendo uma síntese deste trabalho. Por fim, há as referências bibliográficas.

Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada neste estudo possui uma abordagem mista que abrange tanto a análise qualitativa quanto a quantitativa. Para além desses fatores, também foi elaborado um acervo de documentação governamental, artigos, livros, teses, dissertações, entre outros. Para fins exploratórios, relatórios de Instituições Oficiais foram consultados e interpretados, por exemplo, os do Inep e do Ministério da Educação (MEC).

A pesquisa com metodologia qualitativa é uma abordagem sistemática e subjetiva que explica as experiências de vida diária dando-lhes significado (Khan, 2014). A metodologia quantitativa examina e constrói a associação entre variáveis que podem ser generalizadas para um grupo populacional por meio de inferências estatísticas (Galvão; Pluye; Ricarte, 2018). Para Galvão, Pluye e Ricarte (2018), entre as técnicas de análise de dados associados aos métodos mistos, estão a análise de conteúdo bem como a da temática e as das estatísticas.

Os dados utilizados neste estudo acerca dos indicadores de qualidade da educação superior são secundários, com origens em dados públicos disponibilizados pelo Inep. São dados correspondentes ao ciclo de resultados do Enade 2021. Ressalta-se que, em função da pandemia da

Covid-19, as edições de 2020 e 2021 ocorreram em edição única. A escolha da Universidade de Brasília (UnB) se deu pelo fato de ela estar em ascensão em termos de posicionamentos avaliativos entre as Instituições de Educação Superior (IES), com a manutenção de conceito de excelência.

Exploração e busca em banco de dados

A fim de melhorar a qualidade da revisão sistemática de documentos e minimizar os possíveis viesamentos, a pesquisa bibliográfica foi orientada por um fluxo que levasse em conta a ordem cronológica e seu grau de importância. A partir dessa orientação, procurou-se dar uma sequência lógica na descrição e nas narrativas dos métodos realizados neste estudo.

Com o propósito de identificar resultados de leituras relevantes relacionados às políticas educacionais, à educação superior e à qualidade da educação superior, foi utilizada uma combinação de estratégias de pesquisa. Estas incluíram: exploração e pesquisa por meio de bases de obras relevantes, verificação da lista de referência, pesquisa de citações e outras fontes.

Quatro bancos de dados foram selecionados. Foram eles: *Scielo*; portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); *Elsevier* e *Science Direct*, *Education Resources Information Center* (Eric).

Critérios de elegibilidade e lógica

No Quadro 1, estão apresentados os critérios de como os artigos foram selecionados.

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão dos artigos selecionados

CRITÉRIO – FOCO		
Qualidade da Educação Superior	Indicadores de Qualidade da Educação Superior	Idioma
Qualidade da Educação	Conceito Enade	Inglês
Avaliação da Educação	IDD	Espanhol
Avaliação Institucional	CPC	Português
Sistema de Avaliação	IGC	
Sistemas de Educação	Indicadores educacionais	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos para garantir certo grau de qualidade e relevância dos artigos selecionados. Os artigos foram incluídos nas análises caso seu foco fosse: qualidade da educação, avaliação da educação, avaliação institucional, sistema de avaliação e sistemas de educação. E foram selecionados se a população de interesse, ou seja, as temáticas do conjunto dos artigos, fosse composta por assuntos relacionados a indicadores educacionais, como Conceito Enade, IGC e CPC e por artigos publicados nas línguas espanhola, inglesa e portuguesa.

Triagem e seleção

A partir do critério dos focos da pesquisa, definiu-se referências que se relacionassem aos propósitos deste trabalho, quais sejam: avaliação em da educação superior, qualidade da educação e indicadores de qualidade da educação. A Tabela 1 fornece uma visão geral do processo de triagem e seleção.

Tabela 1 – Referências selecionadas para a pesquisa

TRIAGEM E SELEÇÃO DAS REFERÊNCIAS				
Banco de Dados	Avaliação em da Educação Superior	Qualidade da Educação	Indicadores de Qualidade da Educação	Total de obras/títulos
<i>Scielo</i>	12	6	9	27
Periódicos Capes	16	22	12	50
<i>Science Direct</i>	9	12	6	27
ERIC	8	5	7	20
Total	45	45	34	124

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

A pesquisa bibliográfica foi realizada entre novembro de 2022 e abril de 2023, compreendendo artigos escritos entre 2012 e 2023. Foram admitidas algumas publicações relacionadas ao tema que estavam fora desse período. Identificou-se 124 artigos para a triagem de títulos. Uma base de dados com todos os 124 estudos foi criada, incluindo resumos e informações bibliográficas. Os títulos e resumos de cada artigo foram verificados de acordo com os critérios de inclusão/exclusão mencionados anteriormente. Após a conclusão dessa etapa, foram classificados 40 estudos.

Finalizada a revisão do texto integral de cada um dos artigos, 29 foram excluídos, pois não atendiam aos critérios estabelecidos para esta pesquisa. Diante do exposto, 11 artigos foram selecionados para a análise temática. Ademais, em função da pesquisa documental, na qual consistem os processos normativos (Leis, Decretos, Resoluções, Normas e Diretrizes, Programas Institucionais e demais atos normativos), foram analisados documentos oficiais governamentais disponíveis em portais, como o planalto.gov e o mec.gov. Nesse rol de documentos, citam-se, por exemplo: a lei de criação do Sinaes, Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004; a portaria que regulamentou o Conceito Preliminar de Curso (CPC), Portaria Normativa n.º 04/2008; o Decreto n.º 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Para enriquecer ainda mais a análise sistemática, procurou-se estender o processo exploratório, foram incluídos artigos de periódicos relevantes, como o *Scholar* e o *Academic*. A verificação da lista de referência incluiu estudos por meio da bibliografia de vários textos pesquisados no *Science Direct*. Ao concluir a verificação da lista de referência, três artigos foram incluídos na revisão.

Os indicadores de qualidade da educação superior

De acordo com Moreira, Moreira e Araújo (2022), os indicadores têm a função de auxiliar processos de mensuração que contribuam para a interpretação de determinado assunto ou tema. A utilização de indicadores de desempenho no setor público possui diferenças em relação ao setor privado, porque a finalidade das instituições públicas é a satisfação da sociedade com os serviços públicos, ao contrário das empresas, que têm o lucro como foco.

Para estes autores, indicadores de desempenho são instrumentos utilizados para quantificar a eficiência ou eficácia de uma tomada de decisão, de modo que se avalie como são realizadas as atividades, inclusive em comparação com as metas preestabelecidas. Em termos de resultado, a utilização de indicadores de desempenho é o método mais efetivo e menos oneroso de avaliar e modificar o comportamento das pessoas quando definidos de forma adequada (Moreira; Moreira; Araújo, 2022).

Nesse sentido, a utilização de indicadores de desempenho possui limitações:

A dificuldade de se desenvolver indicadores de desempenho que representem convincentemente as projeções em longo prazo a complexidade da utilização de um indicador para representar a performance, pois um indicador isolado não é capaz de abranger as distintas áreas da organização [...] são alguns dos aspectos que necessitam cautela no uso de indicadores e na elaboração de um sistema de mensuração de desempenho (Sousa; Callado, 2019, p. 3).

No caso da educação, a utilização de indicadores na aferição de estruturas educacionais pelo mundo tem sido uma prática utilizada por diversos países por meio de governos e organismos internacionais (Moreira; Moreira; Araújo, 2022). Os indicadores de qualidade da educação superior são importantes instrumentos de avaliação da educação superior brasileira. Expressos em escala contínua e em cinco níveis, têm relação direta com o ciclo avaliativo do Enade, que determina as áreas de avaliação e os cursos a elas vinculados (Inep, 2023).

O Conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio dos desempenhos dos estudantes no Enade. Com isso, “o cálculo do Conceito Enade é realizado por curso de graduação, identificado pelo código do curso constante no sistema e-MEC, conforme enquadramento realizado pela IES no sistema Enade” (Inep, 2023).

O IDD é um indicador de qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo processo formativo. Ou seja, “ele busca contribuir com o curso para o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimento dos estudantes. Ao aferir o valor agregado, é relevante considerar não apenas o desempenho do estudante, mas também o perfil dos estudantes ao ingressarem no curso” (Inep, 2023). O desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) se configura como uma aproximação das condições de desenvolvimento acadêmico do estudante no momento do ingresso na educação superior e, a partir dele, é calculado o resultado esperado do estudante no Enade (Inep, 2023).

O IDD é um indicador de qualidade que

[...] busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida de aproximação das suas características de desenvolvimento ao ingressarem no curso de graduação avaliado. Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele atenda às seguintes condições: possuir no mínimo dois

estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os três anos anteriores; atingir 20% do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem (Inep, 2023).

Após uma extensa discussão por parte dos agentes das IES, desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada estudante que tenha participado do Enade e do Enem. Esse indicador é calculado desde 2007 como componente do CPC. Assim, a partir de 2016, passou a ser divulgado separadamente, vinculado ao mesmo código de curso em que os estudantes concluintes foram inscritos no Enade (Inep, 2023).

Em relação ao CPC, ele é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo ocorre no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta: do corpo docente, da infraestrutura e dos recursos didático-pedagógicos. Os cursos que não tiveram pelo menos dois estudantes concluintes participantes do Enade não têm seu CPC calculado, ficando Sem Conceito (SC), como sinaliza o Inep (2023).

Já o IGC é um indicador de qualidade que avalia as IES. Seu cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos:

[...] média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da IES, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; média dos conceitos de avaliação dos programas de pós graduação stricto sensu atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes, conforme os dados oficiais da CAPES; distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu. Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no ciclo avaliativo do Enade (Inep, 2023).

Além de subsidiar a definição de políticas públicas e os processos de autoavaliação institucional,

os resultados do CPC e do IGC são utilizados como requisito, critério seletivo ou de distinção [...] na autorização para oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* à distância; em programas e políticas públicas do Governo Federal, entre eles, como por exemplo, formação de professores (Inep, 2023).

Esta seção abordou os indicadores de qualidade da Educação Superior como um todo. Na sequência, o olhar volta-se para o contexto do Sinaes.

A composição dos indicadores de qualidade da educação superior contidos no Sinaes

Considera-se que os Indicadores de Qualidade da Educação Superior são, até o momento, adequados e indicados para aferir a qualidade da educação superior, embora merecedores de aprimoramentos (Bernardes, 2019). Com isso, as discussões sobre os objetivos da educação superior e sobre a qualidade da formação não são recentes e não se restringem ao contexto nacional.

Diversos países trabalham no aprimoramento de indicadores que mensurem a qualidade da formação ofertada (Fior; Mercuri, 2018). A interação entre a avaliação institucional e seus indicadores pode servir de interferência na estrutura e na organização das IES, apontando caminhos a serem seguidos e possíveis soluções de gargalo no âmbito da gestão e do planejamento institucional (Bernardes, 2019).

Para Bernardes (2019), a composição da autoavaliação institucional como está proposta pelo Sinaes insere-se numa visão gerencial, já que ela propõe alcançar a melhoria dos processos da qualidade da educação superior por meio dos indicadores assinalados. Os indicadores institucionais estariam direcionados para a eficiência, a eficácia e a produtividade.

Entretanto, sob outra perspectiva, o modo pelo qual a avaliação institucional está inserida no contexto do Sinaes a direcionaria à regulação e ao controle. Com isso, as características formativas poderiam auxiliar na implementação e manutenção de políticas educacionais, com a finalidade de acompanhar a evolução e apontar as falhas que surgem nos processos de ensino e de aprendizagem (Bernardes, 2019). Essas características formativas são apontadas, por exemplo, pelo Enade e pela avaliação *in loco*, que podem auxiliar na indicação de melhorias no planejamento de

cursos de graduação.

Um dos produtos gerados a partir da prova do Enade e de sublinhada importância é o Conceito Enade. Ele se posiciona como um dos instrumentos que se traduz em um indicador que afere o desempenho do estudante na realização da prova. Sob o ponto de vista qualitativo, o Conceito Enade é definido como um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação a partir dos resultados obtidos pelos estudantes no Enade.

Ele é calculado para cada curso avaliado, identificado pelo código de curso cadastrado e definido pela IES para a inscrição de estudantes e para o enquadramento de cursos em uma das áreas de avaliação do Enade. Para a realização do cálculo desse Conceito, levam-se em consideração as seguintes informações: o número de estudantes concluintes com resultados válidos, aqui denominados participantes bem como o desempenho deles na parte de Formação Geral do exame e na parte de Componente Específico (Inep, 2018a).

Já nos aspectos quantitativos, o Conceito Enade passa por um processo de tratamento. Todas as medidas originais, referentes ao Conceito Enade, são padronizadas e reescaladas para assumirem valores de zero a cinco, na forma de variáveis contínuas. A padronização e o reescalamento passam por duas etapas. A primeira consiste no cálculo do afastamento padronizado de cada curso de graduação, fazendo-se uso das médias e dos desvios-padrão calculados por área de avaliação (Inep, 2018a). A segunda consiste na transformação dos afastamentos padronizados em notas padronizadas que também assumem valores de zero a cinco (Inep, 2018a).

O primeiro passo para o cálculo do Conceito Enade de um curso é a obtenção do desempenho médio dos concluintes do curso na Formação Geral e do desempenho médio dos concluintes do curso no Componente Específico (Inep, 2018a). O segundo passo é a obtenção da média desses desempenhos. A partir desses valores, é possível calcular dois termos: a nota padronizada dos concluintes na Formação Geral e a nota padronizada dos concluintes no Componente Específico. A Nota Enade do curso, segundo o Inep (2018a), é a média ponderada desses dois termos: 0,25; 0,75.

A Nota Enade do curso é a média ponderada da nota padronizada dos concluintes na Formação Geral e no Componente Específico. A parte referente à Formação Geral contribui com

25% da nota final, enquanto a referente ao componente específico colabora com 75%. A nota do curso obtida é uma variável contínua no intervalo entre 0 e 5, por construção. Para a obtenção do Conceito Enade, a nota do curso deve ser arredondada em duas casas decimais, conforme procedimento padrão (Inep, 2018a).

Cursos que não contaram com nenhum estudante presente no exame, impossibilitando o cálculo de um conceito, são excluídos, inclusive, da divulgação (Inep, 2018b). Na Tabela 2, é apresentado o Conceito Enade vinculado ao intervalo correspondente à nota final.

Tabela 2 – Parâmetros de conversão da Nota Enade em Conceito Enade

Conceito Enade (Faixa)	Notas Finais (NC) (Valor contínuo)
1	$0,000 \leq NC < 0,945$
2	$0,945 \leq NC < 1,945$
3	$1,945 \leq NC < 2,945$
4	$2,945 \leq NC < 3,945$
5	$3,945 \leq NC < 5,000$

Fonte: Inep (2018b).

Sob os aspectos gerais e teóricos, o IDD é um indicador de qualidade que mede o valor agregado pelo curso de graduação ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado. O IDD é calculado e divulgado para cada curso de graduação avaliado, identificado pelo código de curso utilizado pelas IES para a inscrição de estudantes e para o enquadramento de cursos em uma das áreas de avaliação do Enade (Inep, 2018b).

O cálculo do IDD é realizado por código de curso e leva em consideração as seguintes informações: número de estudantes concluintes participantes no Enade com resultados válidos, aqui denominados “participantes”; desempenho geral dos estudantes participantes no Enade; *performance* dos estudantes no Enem nas áreas de Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática e suas Tecnologias; e número de participantes no Enade com nota do Enem recuperada para o cálculo do IDD (Inep, 2018b). Os parâmetros de conversão da Nota do IDD em Conceito são idênticos aos apresentados para o Conceito Enade na Tabela 2.

É importante ressaltar que, a partir de 2008, o Conceito Enade passou a considerar em seu

cômputo apenas o desempenho dos alunos concluintes. Assim, todos os cálculos consideram apenas os alunos concluintes participantes do Enade. Nesse sentido, portanto, a discussão em torno do Conceito Enade e do IDD como forma de tentar um melhor equilíbrio nos resultados dos estudantes concluintes das IES, relaciona-se a uma importante inovação do Enade.

Entretanto, Griboski (2012, p. 188) ressalta que o principal aspecto a ser considerado na aplicação do Enade, “muito mais do que o resultado alcançado, é a participação do estudante no processo avaliativo, aspecto que deve se constituir como elemento central para saber a qualidade do curso que está sendo ofertado”. Essa participação pode ser dimensionada, por exemplo, com a publicação e vigência da Portaria Normativa n.º 4, de 5 de agosto de 2008 (Brasil, 2008a), que regulamentou a aplicação do CPC, para fins dos processos de reconhecimento, no âmbito do ciclo avaliativo do Sinaes e da Portaria Normativa n.º 12, de 5 de setembro de 2008 (Brasil, 2008b), que instituiu o IGC. Esse indicador e esse índice, além de servirem como instrumentos da regulação, posteriormente, foram transformados em indicadores de qualidade da educação superior.

O CPC é um indicador de qualidade que combina, em uma única medida, diferentes aspectos relativos aos cursos de graduação. Ele é constituído de oito componentes, agrupados em quatro dimensões, que se destinam a avaliar a qualidade desses cursos (Inep, 2018c). As quatro dimensões e suas origens são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – As quatro dimensões que avaliam a qualidade dos cursos de graduação

DIMENSÕES DO CPC E SUAS ORIGENS	
Dimensão	Origem
Desempenho dos estudantes.	Medido a partir das notas dos estudantes concluintes na prova do Enade.
Valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso.	Aferido a partir dos valores do IDD.
Corpo docente.	Baseado em informações obtidas a partir do censo da educação superior, referente ao ano de aplicação do exame, sobre a titulação e o regime de trabalho dos docentes vinculados aos cursos avaliados.
Percepção discente sobre as condições do processo formativo.	Obtida por meio do levantamento de informações relativas à organização didático-pedagógica, à infraestrutura e instalações físicas e às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional, a partir das respostas obtidas com a aplicação do questionário do estudante.

Fonte: Inep (2018c).

A partir dos oito componentes agrupados, o cálculo do CPC, realizado por código de curso, leva em consideração as seguintes informações: desempenho dos estudantes concluintes no Enade; IDD; proporções de professores mestres, de professores doutores e de professores em regime de trabalho parcial ou integral; média das respostas do questionário do estudante referentes à organização didático-pedagógica (Inep, 2018c).

Além disso, leva em conta a média das respostas do questionário do estudante referentes à infraestrutura e às instalações físicas e média das respostas do questionário do estudante referentes às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (Inep, 2018c). O Quadro 3 apresenta a correspondência entre dimensão e componentes.

Quadro 3 – Dimensões e Componentes do CPC

DIMENSÕES E COMPONENTE DO CPC	
Dimensão	Componentes
Desempenho dos estudantes.	Nota dos concluintes no Enade.
Valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso.	Nota do IDD.
Corpo docente.	Nota de proporção de mestres.
	Nota de proporção de doutores.
	Nota de regime de trabalho.
Percepção discente sobre as condições do processo formativo.	Nota referente à organização didático-pedagógica.
	Nota referente à infraestrutura e instalações físicas.
	Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional.

Fonte: Inep (2018c).

Na Tabela 3, está disposta a composição geral do CPC, com seus componentes e respectivos pesos, divididos por dimensão.

Tabela 3 – Composição do CPC e pesos das suas dimensões e componentes

COMPOSIÇÃO DO CPC			
Dimensão	Componentes	Pesos	
Desempenho dos estudantes.	Nota dos Concluintes no Enade.	20,%	
Valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso.	Nota do IDD.	35%	
Corpo docente.	Nota de Proporção de Mestres.	7,5%	30%
	Nota de Proporção de Doutores.	15%	
	Nota de Regime de Trabalho.	7,5%	
Percepção discente sobre as condições do processo formativo.	Nota referente à organização didático-pedagógica.	7,5%	15%
	Nota referente à infraestrutura e instalações físicas.	5,0%	
	Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional.	2,5%	

Fonte: Inep (2018c).

Como assinalado na Tabela 3, na composição do CPC, a nota dos concluintes do Enade contribui com 20% e a nota do IDD com 35%. Com isso, intervenções pedagógicas que tenham uma composição de ações positivas que agreguem valores na realização da prova do Enade, adicionadas a um conjunto de melhorias nos outros dois componentes e respectivos pesos, resultam em um melhor resultado do CPC (Inep, 2018c).

A nota do CPC é calculada para os cursos de graduação que possuam no mínimo dois estudantes concluintes participantes no Enade. Os cursos que não atendem a esse critério ficam na condição de “Sem Conceito (SC)”. A Tabela 4 mostra a conversão do NCPC em CPC.

Tabela 4 – Parâmetros de conversão do NCPC em CPC

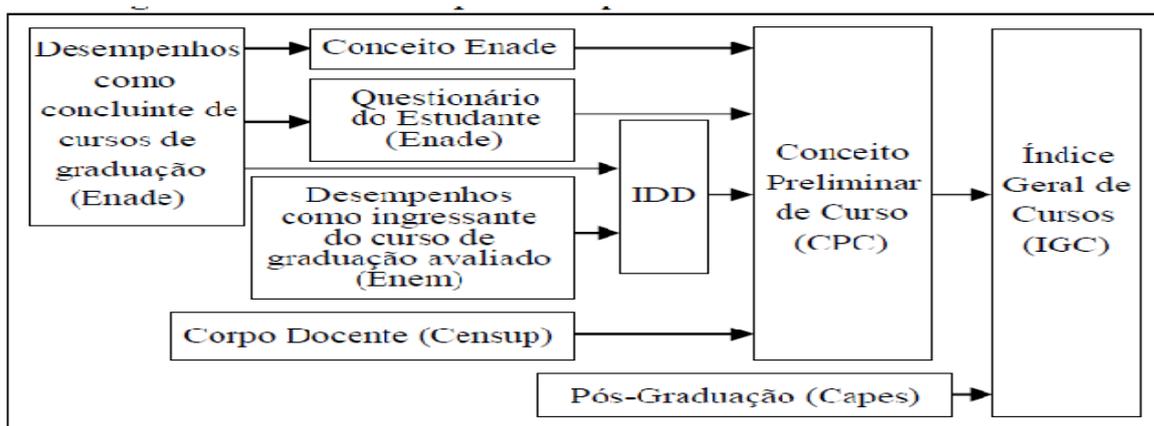
CPC (Faixa)	NCPC (Valor contínuo)
1	$0,000 \leq NC < 0,945$
2	$0,945 \leq NC < 1,945$
3	$1,945 \leq NC < 2,945$
4	$2,945 \leq NC < 3,945$
5	$3,945 \leq NC < 5,000$

Fonte: Inep (2018c).

Na Figura 1, pode-se observar uma diagramação orientada pelo Sinaes. Essa orientação se apresenta por meio de Indicadores sendo que, o IGC é resultado do CPC, referente à graduação, e pelo Conceito da Capes, indicador da qualidade dos cursos *stricto sensu*. O CPC é formado pelo Conceito Enade, por meio do Enade, e pelo IDD de cada estudante concluinte, dado pela diferença entre a nota obtida no Enade e a do Enem (Inep, 2019a).

No caso da nota do Enem, é tido como medida de valor agregado do processo formativo, da proporção de mestres e doutores que compõem o corpo docente das IES, além das características de seus regimes de trabalho e da percepção discente sobre as condições necessárias para seu processo formativo.

Figura 1 – Composição do IGC



Fonte: Inep (2019a).

Na Figura 1, fica evidenciada a relação e a conexão da importância entre os indicadores de qualidade da educação superior. A partir da construção do CPC e do IGC, foi assimilado o estabelecimento dos *rankings* da IES e dos cursos de graduação. Esse fato induziu à classificação e comparação de cursos e de IES em termos de desempenho institucional. No que se refere ao ranqueamento das IES em nível nacional, constata-se que, no Brasil, na segunda metade da década de 2000, essa forma de avaliação já se encontrava presente tanto nas políticas públicas de avaliação da educação superior quanto em iniciativas do setor privado. Para Calderón e França (2019), os *rankings* acadêmicos e as metodologias de classificação como instrumentos de avaliação, de origem pública ou privada, enquadram-se dentro da tradição da avaliação como medida na neutralidade

científica e na exatidão metodológica (Calderón; França, 2019).

Como já anunciado, outro indicador importante nesse processo de avaliação é o IGC. O IGC é uma média ponderada envolvendo as notas contínuas de CPC (NCPC) dos cursos de graduação e os Conceitos Capes dos cursos de programas de pós-graduação *stricto sensu* das IES. A ponderação da média é feita a partir do número de matrículas nos referidos cursos. Para a pós-graduação, são consideradas as avaliações dos cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado acadêmico realizadas pela Capes.

O IGC avaliado da IES é calculado e divulgado para cada IES identificada pelo código de instituição vinculado aos códigos de curso utilizados pelas IES para a inscrição de estudantes e enquadramento de cursos em uma das áreas de avaliação do Enade (Inep, 2019a). No Quadro 4, estão apresentadas as informações levadas em consideração para efeito de cálculo do IGC, realizado por código da IES.

Quadro 4 – Informações para efeito de cálculo do IGC

EFEITOS PARA O CÁLCULO DO IGC	
Informação e/ou Dado	Nível do Curso
Notas contínuas de CPC referentes aos cursos de graduação avaliados em um triênio, por exemplo, considerando o CPC válido mais recente para cada curso.	Graduação
Número de matrículas nos cursos de graduação (estudantes cursando ou formando no ano de referência do CPC), conforme base de dados do Censo da Educação Superior.	Graduação
Conceitos dos cursos de mestrado e doutorado atribuídos pela Capes na última avaliação disponível, para os programas de pós-graduação reconhecidos, incluindo a avaliação dos novos programas recomendados para o ano de referência do IGC.	Pós-Graduação
Número de matrículas nos cursos de mestrado e doutorado (estudantes matriculados e titulados no ano respectivo de avaliação), conforme base de dados encaminhada pela Capes ao Inep.	Pós-Graduação

Fonte: Inep (2019a).

As condições para que uma IES tenha o IGC calculado é que ela possua ao menos um curso com CPC calculado no triênio de referência. Nas IES sem programas de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela Capes e nas hipóteses de unificação de mantidas, transferência de mantença ou outras ocorrências que possam interferir no cálculo, o IGC é resultante da média dos CPC dos cursos de graduação, ponderada pela quantidade de matrículas no ano de referência do CPC (Inep,

2019a).

Ademais, são considerados, para efeito de cálculo, os cursos que integravam a IES até o prazo final de inscrição de alunos no Enade no ano. As IES participantes do Enade na edição do ano que não possuem ao menos um curso com CPC calculado no triênio de referência ou matrículas no ano de referência do CPC ficam na condição de “Sem Conceito” (Inep, 2019a).

A nota média da graduação de uma IES é a média das notas contínuas de CPC (NCPC), considerando o CPC válido mais recente para cada curso, ponderada pela quantidade de matrículas nos respectivos cursos de graduação. Para o cálculo da nota média de mestrado da IES, é utilizada a nota de mestrado estabelecida com base no conceito de mestrado atribuído pela Capes (Inep, 2019a). Nesta análise dos cursos *stricto sensu*, consideram-se os cursos com Conceito Capes maior ou igual a três, uma vez que apenas os cursos de mestrado e doutorado avaliados com essa nota são recomendados pela Capes para reconhecimento ou renovação do reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), conforme o Inep (2019a). De modo semelhante, para o cálculo da nota média de doutorado da IES, é utilizada a nota de doutorado estabelecida com base no conceito de doutorado atribuído pela Capes. Consideram-se os cursos com Conceito Capes maior ou igual a três.

Por fim, o resultado do IGC obtido é uma variável contínua no intervalo entre zero e cinco. Na Tabela 5, está apresentada a transformação dessa variável contínua em faixas.

Tabela 5 – Parâmetros de conversão do valor contínuo do IGC em faixa

IGC (Faixa)	IGC da IES (Valor contínuo)
1	$0,000 \leq \text{IGCIES} < 0,945$
2	$0,945 \leq \text{IGCIES} < 1,945$
3	$1,945 \leq \text{IGCIES} < 2,945$
4	$2,945 \leq \text{IGCIES} < 3,945$
5	$3,945 \leq \text{IGCIES} < 5,000$

Fonte: Inep (2019a).

É importante observar que, nessas escalas adotadas de 1 a 5, a faixa 3 é utilizada como referência de qualidade mínima aceitável, principalmente no que se refere ao CPC dos cursos para efeitos de regulamentação deles.

Análise e discussão dos resultados

A partir de dados divulgados pelo Inep, foi possível obter valores gerais dos indicadores de qualidade da educação superior e específicos por IES. Para este estudo, além de apresentar dados gerais, as tabelas trazem dados do curso e da IES pública escolhida, quais sejam: o curso de Pedagogia da UnB.

Para o ano de 2021, em relação aos cursos de graduação, dos 2130 de IES públicas federais com o CPC divulgado, 1266 tiveram o desempenho na faixa 4 (59,2%) e 62 na faixa 5 (2,9%). Enquanto isso, os das IES privadas com fins lucrativos atingiram, em sua maioria, o conceito 3 do indicador: 1199 cursos (56,9%) de 2106 resultados divulgados. Com relação à modalidade de ensino, foi observado que os presenciais tiveram uma distribuição semelhante entre as faixas de desempenho 3 e 4: 46,2% e 42,7%, respectivamente. Já os da Educação a Distância (EaD) ficaram concentrados na faixa 3 (63%), de acordo com o Inep (2023).

Em relação às IES, do total que participaram desta edição, 87% são privadas e 13%, públicas. A maioria (71,4%) é composta por faculdades, seguida dos centros universitários (16,5%) e das universidades (10,1%). Por fim, estão os institutos federais e centros federais de educação tecnológica, que, juntos, representam 2% das IES com o índice atribuído nesta edição (Inep, 2023).

A concentração na faixa 3 abarcou mais da metade das IES avaliadas (62,9%) no IGC. As instituições federais de educação também alcançaram melhor desempenho no indicador: na faixa 4, foi registrada uma concentração de 72 das 111 avaliadas (64,9%). Além disso, nenhuma das 39 restantes teve conceito 1 ou 2. Já dos 979 estabelecimentos de ensino privados com fins lucrativos, 656 ficaram na faixa 3 (67%), de acordo com dados do Inep (2023).

No que se refere ao curso de Pedagogia da UnB, as Tabelas 6, 7, 8 e 9 mostram os resultados obtidos no ano de 2021. Nessa Universidade, são oferecidas três opções para o curso de Pedagogia: a primeira é o diurno; a segunda é o noturno; e a terceira é a modalidade à distância (EaD). Na Tabela 6, estão apresentados os valores obtidos para o IDD para esse curso em 2021; a primeira linha se refere ao diurno, a segunda ao noturno e a terceira à modalidade EaD.

Tabela 6 – IDD do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília em 2021

Universidade de Brasília – IDD 2021						
Nº de concluintes inscritos	Nº de concluintes participantes	Nº de concluintes participantes (nota Enem)	Proporção de concluintes participantes (nota Enem)	Nota Bruta (IDD)	IDD Contínuo	IDD Faixa
169	146	129	0,883	-0,965	2,066	3
87	69	59	0,855	0,129	2,487	3
2	0	0	0	-	-	SC

Fonte: Inep (2023).

Conforme assinalado anteriormente, esse indicador expressa uma medida relativa do valor agregado pelo curso a seus estudantes com relação ao valor agregado médio da área de avaliação a qual ele pertence. Como sua escala está entre 1 e 5, o resultado obtido, tanto pelo curso de Pedagogia diurno quanto pelo noturno, aponta para uma medida relativa em torno de 60%.

Na Tabela 7, estão apresentados os valores obtidos para o Conceito Enade para esse curso em 2021.

Tabela 7 – Conceito Enade do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília em 2021

Universidade de Brasília – Conceito Enade 2021						
Nº de concluintes inscritos	Nº de concluintes participantes	Nota Bruta (FG)	Nota Padronizada (FG)	Nota Bruta (CE)	Nota Padronizada (CE)	Conceito Enade
169	146	41,719	4,147	56,726	4,182	5
87	69	39,075	3,741	54,527	3,895	4
2	0	-	-	-	-	SC

Fonte: Inep (2023).

Os resultados mostram que o curso de pedagogia da UnB foi bem avaliado, sendo que o diurno obteve “nota” máxima (5) e o noturno, nota 4, também considerada uma boa avaliação.

Na Tabela 8, estão apresentados os valores obtidos para o CPC para esse curso em 2021.

Tabela 8 – CPC do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília em 2021

Universidade de Brasília – CPC 2021						
Nota Org. Didático Pedagógico	Nota Infraestrutura e Instalação Físicas	Nota Oportunidade de Ampliação e Formação	Nota Mestres	Nota Doutores	Nota Regime de trabalho	CPC
2,224	2,664	2,715	4,896	4,428	5	4
2,628	2,621	2,779	4,994	4,365	5	4
-	-	-	5	5	5	5C

Fonte: Inep (2023).

No que tange aos resultados do CPC para o curso de Pedagogia da UnB, chama a atenção as notas atribuídas à titulação dos docentes e do regime de trabalho desses docentes nesse curso. Tais resultados apontam tanto para o fato de as titulações serem adequadas para a atuação docente quanto para o regime de trabalho ser o apropriado, ou seja, dedicação exclusiva ao curso em que atuam.

Na Tabela 9, estão apresentados os valores obtidos para o IGC para esse curso em 2021.

Tabela 9 – IGC do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília em 2021

Universidade de Brasília – IGC 2021						
Nº de Cursos com CPC no Triênio	Proporção de Graduação	Conceito Médio de Graduação	Proporção de Mestrado Equivalente	Conceito Médio de Mestrado	Conceito Médio de Doutorado	IGC Faixa
78	0,523	3,357	0,230	4,582	4,770	5

Fonte: Inep (2023).

Por fim, há a avaliação da IES na qual o curso é oferecido. A UnB obteve nota máxima (5). Esse resultado evidencia que sua infraestrutura atende aos requisitos para seu pleno funcionamento. Seu quadro de docente possui alto nível de formação e dedicação aos cursos oferecidos por ela. Essa constatação indica, ainda, qualidade nos programas de pós-graduação, na extensão e na pesquisa.

Considerações finais

Na elaboração deste trabalho, a análise e a interpretação de dados oficiais disponibilizados pelo Inep possibilitaram uma abordagem qualitativa e quantitativa. As evidências apontaram para a importância dos indicadores de qualidade para a avaliação da educação superior. Com isso, estudou-se os indicadores de qualidade obtidos pela UnB e por seu curso de Pedagogia.

Partiu-se destes questionamentos: os quatro tipos de indicadores de qualidade de educação superior apresentam coerência e consistência em seus propósitos? No cenário atual da educação superior do país, aferem de fato a qualidade desse nível de ensino? Eles foram averiguados a partir das análises de dados disponibilizados pelo Inep e tiveram como respostas que, embora não sejam produtos prontos e acabados, apresentam eficiência e eficácia diante de seus propósitos.

Isto é, mapeiam de forma fidedigna o sistema avaliativo da educação superior do país e contribuem com ele. A série histórica desses Indicadores de qualidade, inseridos nos propósitos de suas lógicas, apresentam coerência e consistência, estando, no momento, aptos a aferir qualidade de educação superior no país, conforme o cálculo do CPC do curso de Pedagogia e do IGC da UnB apresentado neste trabalho.

Dentro dessa problemática, foi possível atingir o principal objetivo deste estudo, que consistiu em avaliar indicadores de qualidade obtidos pela UnB e compreender a relação entre eles. Ao analisar os resultados dos indicadores de qualidade para o curso definido, foi possível avaliar a consistência e robustez do conjunto desses indicadores.

Por fim, considera-se que este estudo apresentou sua linha de contorno nos limites de dados sinalizados pelo órgão responsável pelos dados educacionais e no referencial teórico acerca dos assuntos tratados. Nesse sentido, identificou-se dificuldades na comparação com outras fontes de dados nos períodos pertinentes, como as variáveis ora analisadas que não têm as mesmas conotações, sendo definidas de modo arbitrário conforme a conveniência do estudo, por exemplo, a integração entre indicadores e relação entre indicadores. Assim, estudos futuros poderiam

aprofundar ou mesmo dar novas dimensões de análises pertinentes, como examinar os indicadores de qualidade da educação superior para cursos e/ou áreas de conhecimento em outras edições do Enade bem como avaliar os custos efetivos nesses processos e, assim, estender o entendimento da problemática das demandas dos indicadores de qualidade da educação superior brasileira.

Referências

BERNARDES, J. S. A comissão própria de avaliação: contribuições para o planejamento e para a gestão institucional. In: ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. da C. M. (Orgs.). *Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 189-202

BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de abr. 2023.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 4, de 5 de agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do Sinaes, instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. *Diário Oficial da União*: seção 1, p.15, Brasília, DF, ago. 2008a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/Portaria_N_4_de_5_de_agosto_2008.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano CXLV, n. 151, p. 13, 8 set. 2008b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2008/PORTARIA_NORMATIVA_12.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

CALDERÓN, A. I.; FRANÇA, C. M. Os rankings acadêmicos da educação superior: apontamentos no campo da avaliação educacional. In: ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. da C. M. (Orgs.). *Avaliação da*

educação: referências para uma primeira conversa. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 95-113.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. *Avaliação*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010.

FERREIRA, R. M.; AMARAL, C. G. Indicadores de qualidade no ensino da pediatria em tempos de pandemia: uma revisão narrativa. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 9, p. 1-17, 2023.

FIOR, C. A.; MERCURI, E. Envolvimento acadêmico no ensino superior e características do estudante. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 85-95, 2018.

GALVÃO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. *INCID: Revista da Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 4-24, set. 2017/fev. 2018.

GRIBOSKY, C. M. O Enade como indutor de qualidade de educação superior. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 178-195, set./dez. 2012.

IKUTA, C. Y. S.; BARREYRO, G. B. Análise da qualidade dos cursos do programa universidade para todos (ProUni). *Revista FAEBA*, Salvador, v. 30, n. 61, p. 344-363, jan./mar. 2021.

INEP. *Apresentação dos resultados dos Indicadores de Qualidade da educação superior*. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>. Acesso em: 04 abr. 2023.

INEP. *DAES: Diretoria de Avaliação da Educação Superior*. Brasília, DF: Inep, [20--]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-de-qualidade>. Acesso em: 15 dez. 2022.

INEP. *Nota Técnica nº 16/2018/CGCQES/Daes. Metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade*. Brasília, DF: Inep, 2018a.

INEP. *Nota Técnica nº 17/2018/CGCQES/Daes. Metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)*. Brasília, DF: Inep, 2018b.

INEP. *Nota Técnica nº 18/2018/CGCQES/Daes. Metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC)*. Brasília: INEP. 2018c.

INEP. *Nota Técnica nº 37/2019/CGCQES/Daes. Metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)*. Brasília, DF: Inep, 2019a.

INEP. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)*. Brasília, DF: Inep, 2015.

KHAN, S. N. Qualitative Research Method – Phenomenology. *Asian Social Science*, Monash, v. 10, n. 21, p. 90-97, 2014.

LIMA, M. A. M.; MAIA, J. L.; CIASCA, M. I. F. L.; SOUZA, J. R. M. A. Avaliação da educação superior no Brasil: análise do Índice Geral dos Cursos (IGC) numa perspectiva quali/quantitativa. *Avaliação*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 622-639, nov. 2020.

MOREIRA, D. N.; MOREIRA, E. M. da S.; ARAUJO, E. A. S. Indicadores da educação superior e os desafios para o estado de Rondônia. *Revista Brasileira de Ensino Superior*, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 19-38, jan./mar. 2022.

MOROSINI, M. C. Qualidade na educação superior: tendências do século. *Revista Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v 20, n. 43, p. 165-186, mai./ago. 2009.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B.; LEITE, D.; FRANCO, M. E. Dal P.i; CUNHA, M. I.; ISAIA, S. M. A. A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 13-37, 2016.

ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. Avaliação da educação. In: ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. (Orgs.) *Avaliação da educação: diferentes abordagens críticas*. São Paulo: Xamã, 2011. p. 11-16.

SOUSA, K. M.; CALLADO, A. A. C. Indicadores financeiros e não financeiros e a qualidade da educação superior das universidades federais brasileiras. *Revista Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 25, n. 2, p. 1-15, maio/ago. 2019.

Recebido em maio 2023

Aprovado em novembro 2023